



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Ética, Direitos Humanos e Dignidade



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Ética, Direitos Humanos e Dignidade

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E84 Ética, direitos humanos e dignidade 1 [recurso eletrônico] /
Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. –
Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-410-8

DOI 10.22533/at.ed.108201809

1. Direitos humanos. 2. Ética. I. Vasconcelos, Adaylson
Wagner Sousa de.

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Em **ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E DIGNIDADE – VOL. I**, coletânea de dezessete capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, se faz presente discussões de temáticas que circundam a grande área do Direito a partir do prisma da ética, dos direitos básicos ao sujeito social e dessa construção alicerçada na dignidade do sujeito enquanto detentor de direitos a serem assegurados pelo agente estatal.

Temos, nesse primeiro volume, cinco grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações, nelas estão debates que circundam os direitos humanos, a proteção da criança e do adolescente, o direito e a bioética, impactos ambientais decorrentes da ação humana, além de uma seção de temas diversos.

Na etapa dos direitos humanos há análises interessantes como sobre ordem econômica e desenvolvimento, fundamentação de decisões judiciais, vulnerabilidades e educação, a descriminalização do aborto e a crise humanitária em razão da migração em busca de refúgio.

Na proteção da criança e do adolescente são verificadas contribuições que versam sobre o ser criança e a política de assistência social em Caruaru, município de Pernambuco.

Em direito e bioética são encontradas questões como o nascituro microcéfalo e bioética e odontologia.

No debate impactos ambientais decorrentes da ação humana, aqui é contemplada a atividade da mineração, conflitos de moradia em unidade de conservação em João Pessoa, município da Paraíba, bem como a violação de direitos de mulheres atingidas por barragens.

Por fim, temas diversos atinge os abordagens sobre desafios da relação humanidade, culturas e meio ambiente em momentos de pandemia, a antiética na investigação científica, o lawfare e a atividade jurisdicional, cartel e responsabilidade civil, além do pensamento decolonial.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!
Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS TENTATIVAS DE REFORMA DA ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL E O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO COMO UM DIREITO HUMANO	
Bianca Lucena Simões	
Tháís Luna de Carvalho Tito	
Rafael Baltar de Abreu Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.1082018091	
CAPÍTULO 2	11
A FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS COMO UM DOS DIREITOS HUMANOS	
Pedro Henrique dos Santos	
Marcos César Botelho	
DOI 10.22533/at.ed.1082018092	
CAPÍTULO 3	26
ESTRATÉGIAS DE LAZER DOS ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DIREITOS HUMANOS	
Ana Cristina Do Nascimento Peres Albernaz	
Claudio Roberto Araújo Castro	
Dalila Maria de Fátima Lisbôa	
DOI 10.22533/at.ed.1082018093	
CAPÍTULO 4	34
A DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO: UMA ANÁLISE À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS	
Letícia do Carmo Souza	
Danielle Heloísa Bandeira Mendes	
Hérika Juliana Linhares Maia	
DOI 10.22533/at.ed.1082018094	
CAPÍTULO 5	46
CRISE HUMANITÁRIA DE REFUGIADOS: O EXACERBADO NACIONALISMO EUROPEU À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS	
Danielle Heloísa Bandeira Mendes	
Letícia do Carmo Souza	
Hérika Juliana Linhares Maia	
DOI 10.22533/at.ed.1082018095	
CAPÍTULO 6	57
MIRACEMA: O DIREITO DE SER CRIANÇA	
Camila Alessandra Scarabel	
Danielle Gonçalves Correia	
Denise de Carvalho Campos	
Helena de Jesus Abreu Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.1082018096	

CAPÍTULO 7	65
CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS: UMA LEITURA DA POLÍTICA PÚBLICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS CREAS DO MUNICÍPIO DE CARUARU/PE	
Karinny Lima de Oliveira	
Maria Perpétua Socorro Dantas	
Daniele Medeiros Pereira	
Joana D'arc da Silva Figueirêdo	
DOI 10.22533/at.ed.1082018097	
CAPÍTULO 8	76
A DESUMANIZAÇÃO DO NASCITURO MICROCÉFALO	
Thiago Guedes de Oliveira Lima	
Anna Luiza de Carvalho Lisboa	
DOI 10.22533/at.ed.1082018098	
CAPÍTULO 9	88
BIOÉTICA E ODONTOLOGIA: REVISÃO BIBLIOMÉTRICA DE LITERATURA	
Christiana Almeida Salvador Lima	
Wellington Lima	
DOI 10.22533/at.ed.1082018099	
CAPÍTULO 10	107
RETORNO DAS OPERAÇÕES DA SAMARCO MINERAÇÃO: UMA ABORDAGEM SOBRE A LICENÇA SOCIAL PARA OPERAR	
Marcelo Quintino dos Santos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.10820180910	
CAPÍTULO 11	115
CONFLITOS DE UMA MORADA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: REFLETINDO SOBRE AS RESIDÊNCIAS NAS ÁREAS PROTEGIDAS DO JACARAPÉ EM JOÃO PESSOA, PB	
Tereza Cristina Araújo de Oliveira	
Rogério dos Santos Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.10820180911	
CAPÍTULO 12	125
A PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS	
Laine Motter Oliveira	
Ana Cecília de Araújo Teixeira	
Érica Fernanda dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.10820180912	
CAPÍTULO 13	133
ANÁLISE DO MODELO FUNDADO PELA SOCIEDADE MODERNA, A CRISE DA MODERNIDADE E AS PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA RELAÇÃO HUMANIDADE,	

CULTURAS E MEIO AMBIENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Emanoel Ferdinando da Rocha Jr.
Cicera Maria Alencar do Nascimento
Tereza Lúcia Gomes Quirino Maranhão
Mabel Alencar do Nascimento Rocha
Jorge Luiz Gonzaga Vieira
Thiago José Matos Rocha
Adriane Borges Cabral

DOI 10.22533/at.ed.10820180913

CAPÍTULO 14..... 145

OS DESDOBRAMENTOS PROVENIENTES DA PRÁTICA DO CARTEL: UMA ANÁLISE À LUZ DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Francisco das Chagas Bezerra Neto
Raíssa Julie Freire Gouvêa
Clarice Ribeiro Alves Caiana
José Nunes de Oliveira Neto
Hugo Sarmiento Gadelha
Aline Carla de Medeiros
Patrício Borges Maracajá

DOI 10.22533/at.ed.10820180914

CAPÍTULO 15..... 155

PRÁCTICAS ANTIÉTICAS EN LA INVESTIGACIÓN CIENTÍFICA

Clayson Marlei Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.10820180915

CAPÍTULO 16..... 172

O LAWFARE COMO UM PRODUTO DO JUIZ HÉRCULES, UM STANDARD DA JURISTOCRACIA

Francisco de Assis Macedo Barreto

DOI 10.22533/at.ed.10820180916

CAPÍTULO 17..... 182

O NEGRO E O PENSAR DECOLONIAL: DOS MALÊS À MARIGHELLA – UM POVO CHAMADO REVOLUÇÃO

Ivan Azevedo do Nascimento
Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho

DOI 10.22533/at.ed.10820180917

SOBRE O ORGANIZADOR..... 190

ÍNDICE REMISSIVO..... 191

CAPÍTULO 6

MIRACEMA: O DIREITO DE SER CRIANÇA

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 01/06/2020

Camila Alessandra Scarabel

Analista Judiciária – Psicóloga do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.
Porto Velho -RO
<http://lattes.cnpq.br/9074724582198167>

Danielle Gonçalves Correia

Analista Judiciária – Psicóloga do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal – RO.
Porto Velho -RO
<http://lattes.cnpq.br/8697199757442112>

Denise de Carvalho Campos

Analista Judiciária – Assistente Social do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.
Porto Velho -RO
<http://lattes.cnpq.br/4769554074831533>

Helena de Jesus Abreu Araújo

Analista Judiciária – Assistente Social do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.
Porto Velho -RO
<http://lattes.cnpq.br/5159303385886222>

RESUMO: Trata-se de um relato de experiência executada pela Vara de Proteção à Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. O objetivo do trabalho é mobilizar e sensibilizar as comunidades dos Distritos da Comarca de Porto Velho para as questões relacionadas à prevenção, defesa e

responsabilização de violações relacionadas a criança e aos adolescentes e, com isso, contribuir para redução dos processos de crimes contra crianças e adolescentes, especialmente, de natureza sexual, que tenham sido gerados por envolvimento de maiores de idade com adolescentes (menor de 14 anos). São realizados trabalhos de sensibilização junto às instituições (escolas, unidades de saúde, segurança pública, igrejas e demais grupos comunitários); rodas de conversas com pai/mãe/responsáveis dos alunos/as das escolas da localidade; oficinas com os agentes locais, envolvendo professores/as, técnicos/as da área de saúde, líderes religiosos/as e comunitários/as. O referencial teórico é sobre ruralidades e direitos de crianças e adolescentes. O projeto atingiu oito Distritos, sendo três da área ribeirinha e contou com o envolvimento aproximado de 800 pessoas. Nos encontros com a comunidade, foi possível levar as informações referentes a uma infância e adolescência mais protegida e livre de violências. A comunidade mostrou-se mobilizada e receptiva aos conhecimentos, podendo fortalecer-se para enfrentar as suas dificuldades locais.

PALAVRAS-CHAVE: Crianças, Adolescentes, Direitos humanos de criança e adolescente, Violência.

MIRACEMA: THE RIGHT TO BE A CHILD

ABSTRACT: This article reports an experiment conducted by the Childhood and Youth Protection Judicial Court of State of Rondônia. Its purpose was to raise awareness in some local communities of the judicial district of Porto Velho for questions related to prevention, protection and

accountability for criminal offenses against children and juveniles, in order to help reducing such felonies, specially the ones of sexual kind, perpetrated by adults. Under this experiment, schools, healthcare and public force institutions, religious congregations and other gathering places were reached out; additionally, meeting groups with parents were held, as well as workshops were made with teachers, public servants, religious and local leaders. Taking rurality and children and adolescents rights as theoretical reference, the project covered eight regions within the judicial district, three of which from the riverside area, and implicated around eight hundred people. In the meeting groups, community members were receptive to information about a more protected violence-free childhood and youth, in a way to improve their means to deal with local situations.

KEYWORDS: Children, Adolescents, Child and Adolescent Human Rights, Violence.

1 | INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente são os pilares legais do Projeto Miracema: Direito de ser criança. Esses dois documentos legais a partir da década de 1990 implantaram no país um novo modelo de política pública de atendimento a criança e adolescente brasileira, indiscriminadamente, a qual desenvolver-se-á “através de um conjunto articulado de ações entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios” (art.86 do ECA). É com esse novo olhar que o Poder Judiciário de Rondônia tem desenvolvido projetos que possibilitam esse egrégio poder estar mais próximo daqueles/as que demandam alguma ação judicial.

A Vara de Proteção à Infância e Juventude da Comarca de Porto Velho/RO é responsável por julgar os casos de violências contra a população infantojuvenil, garantindo com isso, a proteção dessa. Assim, preocupados com o crescente número de casos de violência oriundos dos Distritos pertencentes a essa Comarca, o Juiz de Direito Titular da Vara em conjunto com a equipe técnica da Seção de Assessoramento Psicossocial (SAP) desta, em 2016 elaborou e propôs à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, o Projeto Miracema, o qual foi implantado em 2017.

Os Distritos são subdivisões de um município com subordinação política e administrativa à sede deste. Segundo o censo/2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Porto Velho tem 12 Distritos, os quais, também, estão sob a competência jurisdicional da Comarca de mesmo nome. Aqueles que se situam ao longo da rodovia, BR-364, ficam a uma distância média de 50 e 300 km da sede municipal e nem todos, as estradas são asfaltadas. Três se situam às margens do rio Madeira, cujo principal acesso é via embarcação, sendo eles - Calama, Nazaré e São Carlos - onde vivem as populações ribeirinhas da Amazônia.

A distância territorial, no entanto, é somente uma das peculiaridades dessas regiões, tendo em vista que o poder público municipal enfrenta outras dificuldades para garantir à criança e ao/a adolescente ribeirinho/a e distrital a efetivação de alguns direitos fundamentais. São expressões disso, o funcionamento precário dos equipamentos públicos

existentes nas referidas localidades, seja por quantitativo insuficiente de profissionais, seja pela ausência desses/as com competência técnica para oferecer atendimento especializado e ações efetivas de respeito e garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Neste sentido, o Projeto Miracema, buscou trabalhar a prevenção das violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes considerando essas peculiaridades regionais. Tem por objetivo mobilizar e sensibilizar as comunidades dos Distritos para as questões afetas à prevenção, defesa e responsabilização de violações relacionadas a crianças e aos/as adolescentes. E com isso, contribuir para redução dos processos de crimes contra esse público, especialmente, de natureza sexual, que tenham sido gerados por envolvimento de maiores de idade com adolescentes (menor de 14 anos), assim como outras possíveis violações de direitos.

O público alvo são agentes de saúde, profissionais da educação, segurança pública, líderes comunitários, líderes religiosos, conselheiros tutelares, pais/ responsáveis de crianças e adolescentes e público infantojuvenil.

Destarte, mobilizar as comunidades distritais para as questões afetas à prevenção, defesa e responsabilização dessas violações podem traduzir-se em ambiência favorável a práticas protetivas em relação à crianças e adolescentes.

2 | METODOLOGIA

O projeto foi desenvolvido através de um conjunto de ações articuladas, envolvendo os profissionais das áreas de saúde, da educação e da segurança pública, líderes comunitários e religiosos e responsáveis legais das crianças e adolescentes, residentes nos Distritos da Comarca de Porto Velho.

As ações foram realizadas por analistas judiciários - assistentes sociais e psicólogos/as da Vara de Proteção à Infância e Juventude da Comarca, que se deslocaram até as referidas localidades e lá permaneceram por dois dias (em cada distrito), desenvolvendo atividades – no geral -conforme descrito abaixo:

- No primeiro dia, pela manhã, realizaram atividades de sensibilização junto às instituições (escolas, unidades de saúde, segurança pública, igrejas e demais grupos comunitários);
- No período da tarde ocorreram rodas de conversas com pai/mãe/responsáveis dos alunos/as das escolas da localidade.
- No segundo dia, realizaram oficinas com os agentes locais, envolvendo professores/as, técnicos/as da área de saúde, líderes religiosos/as e comunitários/as, com duração no mínimo duas horas
- Oficinas nas escolas com os/as alunos/as, sendo este um momento de fortalecer o público adolescente quanto aos seus direitos sexuais.

Outras atividades podem ser desenvolvidas diferentemente desse roteiro, pois depende dos contatos com os atores locais e levantamento das necessidades de cada distrito.

3 | DESENVOLVIMENTO

O judiciário trilhou por todo século XX, acompanhando passo a passo os vários momentos vivenciados pela sociedade brasileira, que nesse período, também caracterizou-se pela normatização e ampliação de direitos em todas os espaços. Acrescenta-se a esses, os direitos humanos infantojuvenis previstos no artigo 227 da Constituição de 1988 e posteriormente, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

O poder judiciário, então, tem se envolvido em situações cada vez mais complexas, cujas sentenças “implicarão, necessariamente, um posicionamento político, de confirmação ou negação de direitos” (VERONESE, 1997, p.157). Assim, tem investido em ações que extrapolam a posição de mero julgador e aplicador das Leis, mas que buscam também prevenir as violações de direitos, conseqüentemente, diminuir o aumento de ações judiciais.

O Projeto Miracema, surgiu dessa necessidade e a partir da observação empírica dos casos atendidos pela Vara de Proteção da Infância e Juventude da Comarca de Porto Velho, oriundos das comunidades distritais, entre as quais, as denominadas ribeirinhas. Percebeu-se a existência de adolescentes, do sexo feminino, e menores de 14 anos, vivendo em situação marital, algumas até com famílias constituídas, ou seja, com companheiro e filhos/as. Esse fator instigou magistrado e técnicos/as da respectiva Vara, conhecer essas realidades para entender os motivos dessas ocorrências, ao tempo em que, também, se propôs desenvolver ações de sensibilização e mobilização dessas localidades para as questões afetas à prevenção, defesa e responsabilização de violações dos direitos humanos de criança e adolescente, enfatizando as as violências domésticas e nestas, a violência sexual.

Os distritos abrigam populações que apresentam características diferenciadas daquelas que vivem na região central ou área urbana do município. Essas diferenças são delimitadas por aquilo que se identifica como rural e urbano. Para Moraes e Vilela (2013, p. 67), ruralidades e urbanidades são vistas como “conteúdos sociais de práticas socioculturais e políticas, incorporadas no curso da vida dos atores sociais, nas instituições, nos agentes coletivos. Ambas são tomadas como representações de diferentes universos simbólicos de indivíduos e grupos”. Por isso, o primeiro passo do Projeto Miracema consiste em conhecer essas localidades, fazer um levantamento dos equipamentos públicos existentes, da presença do Estado no local, conhecer e fazer contato com as principais lideranças locais, compreender o estilo de vida dessas populações.

Além do aspecto rural, outra característica dos distritos de Porto Velho é que pelo menos três deles que foram inseridos até agora no Projeto, situam-se às margens do

rio Madeira - Calama, Nazaré e São Carlos - os quais surgiram a partir do processo de formação do município, que também está situado à margem direita desse rio. As populações que habitam essas localidades são conhecidas como ribeirinha, também, identificada como uma das populações tradicionais da Amazônia.

O conceito de populações tradicionais que utilizamos é de Nascimento Silva (2000, p. 22), que considera o “modo de vida, as formas de produção e as técnicas artesanais utilizadas como estratégias de sobrevivência” para definir estas populações, podendo-se incluir nestas os índios, os pescadores, seringueiros e o próprio ribeirinho. São os “caboclos” da Amazônia definidos por Ribeiro (1998, p. 316), como variante cultural que surgiu com o desaparecimento da vida tribal, durante o processo de ocupação do espaço amazônico pelo invasor europeu, responsável pelo surgimento desse tipo de gente, que na opinião desse autor era “destribalizada, desculturada e mestiçada”.

De acordo com Araújo (2007, p.73), “o ribeirinho é oriundo dos migrantes nordestinos que também vieram para a região durante a segunda guerra mundial, período de apogeu da extração da borracha (...)”. Ainda segundo a citada autora, “o nome ribeirinho está relacionado ao espaço ocupado, ou seja, é ribeirinha ou beradeira a pessoa que mora à beira ou às margens dos rios, lagos e igarapés (...)”, portanto, “possui modo de vida peculiar que a distingue das demais populações rurais e urbanas”.

É o rio que “liga homens, mulheres, jovens e crianças ao mundo”, seja quando por meio dele “buscam atendimento especializado de saúde em localidades onde são oferecidos serviços mais complexos, seja quando permite aos jovens/crianças o acesso à escola ou quando retiram dele (rio) o próprio sustento e o da família” (ARAÚJO, *ibidem*). São essas peculiaridades das populações ribeirinhas e dos demais distritos, que as distancia do centro da sede do município, onde são pensadas e implantadas as políticas públicas básicas e essenciais. Esse distanciamento contribui para a violação de direitos, pois dificulta o acesso aos serviços ou então, são oferecidos em precárias condições.

Falar da população amazônica, conforme Calegare e Higuchi (2013), é como comparar com a biodiversidade da floresta: variada e com grupos distintos. Os autores explanam das dificuldades de se chegar em algumas populações (do urbano até elas), como a dificuldade de comunicação, as condições climáticas (ou cheias ou secas), os rios que cercam a região e depende-se dessas condições para a navegação, no caso dos ribeirinhos. Para os distritos que estão em estradas vicinais ao longo da BR , por onde o acesso são estradas sem asfalto e ficam alagadas na época das chuvas, aproximadamente entre os meses de outubro a abril.

A aproximação da Vara de Proteção a Infância e Juventude com essas comunidades surge, então, a partir da necessidade de se oportunizar a essas populações informações sobre direitos humanos de crianças e adolescentes, entre os quais, aqueles relacionados à sexualidade. Pesquisa realizada por Araújo em 2006, em 10 comunidades ribeirinhas pertencentes ao município de Porto Velho, identificou que o/a ribeirinho/a inicia a vida

sexual muito cedo, aos doze anos de idade e com a composição de uma nova família, pois essa iniciação sexual não vem acompanhada de orientações. Na época, a autora aponta que havia em todas as localidades um alto índice de adolescentes, que a partir dos treze anos já estava grávida e vivendo em união estável, com pessoa maior de idade e também às vezes com outro adolescente – menor de dezoito anos. Ainda segundo a autora, essa situação conta com total apoio dos familiares, pois na maioria dos casos os pais também iniciaram cedo uma nova família.

Considerando que a Lei¹ estabelece que qualquer ato praticado por adulto ou pessoa de desenvolvimento psicossocial avançado envolve uma criança e/ou adolescente menor de 14 anos, numa situação de cunho sexual, é considerado estupro de vulnerável, o Projeto Miracema, tem essa proposta de dialogar com essas comunidades, esclarecendo sobre essa violação de direitos, as formas de prevenção e os recursos disponíveis para a denúncia e enfrentamento da situação.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em dois anos de edição (2017 a 2019), o projeto atingiu oito Distritos, sendo três da área ribeirinha e contou com o envolvimento aproximado de 100 pessoas em cada localidade.

Os Distritos visitados foram: Situados às margens da BR-364: Jaci-Paraná, Nova Mutum União Bandeirantes, Nova Califórnia e Extrema.

Situados às margens do rio Madeira, conhecidos como comunidades ribeirinhas: Calama, Nazaré e São Carlos.

Nos encontros com a comunidade, foi possível levar as informações referentes a uma infância e adolescência mais protegida e livre de violências. A comunidade mostrou-se e mobilizada e receptiva aos conhecimentos.

As violações de direitos apresentadas pela comunidade foram levadas ao conhecimento da magistrada via relatórios das atividades.

Procurou-se também a mobilizar a comunidade para o trabalho em rede envolvendo os órgãos do sistema de garantia de direitos para discussão e resolutividade dos problemas enfrentados em relação à proteção de crianças e adolescentes.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Miracema tem possibilitado o conhecimento da realidade das comunidades distritais visitadas. Percebe-se que são carentes de vários serviços e programas necessários para garantia de direitos de crianças e adolescentes.

1. Estupro de vulnerável: Artigo 217-A - Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos. Pena: Reclusão de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

A presença mínima do Estado nessas localidades - basicamente com as políticas públicas de educação e saúde - mantendo as estruturas físicas das escolas e das unidades de saúde com a presença de uma equipe básica de profissionais (professores/as; médicos/as; agentes de saúde e de segurança, dentre outros.). Entretanto, nos dois setores há uma carência de suporte técnico e de equipamentos que possam assegurar-lhes serviços de qualidade em respostas às demandas das respectivas comunidades.

A segurança pública está presente nos Distritos maiores, nas localidades menores e mais distantes de Porto Velho, sobretudo, as localidades ribeirinhas, quase inexistente, pois o contingente é mínimo, incapaz de atender as ocorrências do local. Além disso, em alguns lugares não dispõem nem de espaço físico para o funcionamento administrativo dos órgãos (Polícia Militar e Civil), ocupando salas emprestadas de outras instituições, como a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia (IDARON).

Observou-se, também, que há total ausência da política pública de assistência social, principalmente na região ribeirinha e o Conselho Tutelar não responde a contento às demandas das comunidades.

Apesar dessas dificuldades, evidencia-se a força e a união da comunidade em buscar resolução dos próprios problemas.

Considera-se também importante a justiça ir até as comunidades afastadas do perímetro urbano para falar sobre direitos humanos, na perspectiva de garanti-los, especialmente, direitos humanos de crianças e adolescentes. Pertencente ao eixo da Defesa do Sistema de Garantias de Direitos, esse projeto permite ao judiciário transitar também no eixo da Promoção, pois as ações desenvolvidas além de contribuir com a prevenção, também provoca a implantação e implementação de políticas públicas nas localidades onde há detecção de violações e ausências dessas.

O Miracema tem possibilitado o conhecimento da realidade das comunidades visitadas, possibilitando que sejam assistidas em suas necessidades locais, o que permite que suas fragilidades comunitárias sejam minimizadas.

Além disso, há o envolvimento da comunidade em encontros promovidos pela equipe da Vara de Proteção à Infância e Juventude de Porto Velho para trabalhar as questões das diversas manifestações das violências, propondo uma reflexão para fortalecê-las quanto à garantia de direitos das crianças e dos adolescentes.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, H. J. A. **A ação do poder público destinada a crianças e adolescentes ribeirinhos: A situação de Nazaré**. 2007. 159 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) -Faculdade de Geografia, Universidade de Federal de Rondônia, Porto Velho, 2007.

CALEGARE, M.G.A; HIGUCHI, M.I.G. Desafios metodológicos ao estudo de comunidades ribeirinhas amazônicas. **Psicologia & Sociedade**, 25 (3), p.571-580, 2013.

MORAES, M.D.C; VILELA, S.L.O. Trilhas de um debate contemporâneo: ruralidades, campesinato, novo nominalismo. **Revista FSA**, v.10, n. 1, art.4, p.59-85, jan.março, 2013.

NASCIMENTO SILVA, M. das G.. **O Espaço Ribeirinho**. São Paulo: Terceira Margem, 2000.

RIBEIRO, D. **O Processo Civilizatório**. Etapas da Evolução Sociocultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VERONESE, J. R. P. **Interesses difusos e direitos da criança e do adolescente**. Del Rey: Belo Horizonte ,1997.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aborto 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 76, 78, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 96

Adolescente 57, 58, 59, 60, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 83, 86

B

Barragens 111, 113, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132

Bioética 76, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106

C

Cartel 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 154

Criança 47, 57, 58, 60, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 79, 83, 86, 99, 102, 103

Crise Humanitária 46, 52

Cultura 28, 29, 41, 56, 67, 68, 75, 112, 114, 115, 116, 120, 142, 144, 148, 170, 190

D

Decisões Judiciais 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 179

Dignidade 2, 15, 16, 19, 20, 23, 24, 25, 28, 32, 42, 50, 55, 67, 68, 69, 74, 77, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 87

Direito ao Desenvolvimento 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 28

Direitos Humanos 2, 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 38, 40, 41, 42, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 63, 65, 66, 70, 76, 77, 78, 83, 84, 85, 92, 117, 131, 132, 178, 190

E

Estudantes 26, 27, 29, 30, 31, 32, 93, 97, 98, 103, 104, 105, 106, 125, 156, 170, 188

Ética 2, 27, 44, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 157, 158, 167, 170, 178, 186

F

Fundamentação 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 66, 67, 84, 125

I

Investigação 30, 32, 36, 70, 82, 99, 117, 153, 180

J

Juiz 17, 18, 19, 20, 21, 23, 58, 155, 172, 175, 176, 177, 178, 179

L

Lawfare 172, 173, 177, 178, 179, 180

Lazer 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 67, 68

M

Meio Ambiente 63, 90, 91, 92, 109, 110, 113, 116, 120, 121, 122, 124, 128, 129, 133, 134, 135, 137, 138, 140, 142, 190

Mineração 107, 108, 111, 113, 114, 127

N

Nascituro 41, 42, 43, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85

Negro 182, 184, 185, 188, 189

O

Ordem Econômica 1, 2, 4, 5, 7, 8, 116, 148, 153

R

Reforma 1, 2, 4, 5, 7

Refugiados 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 141

Responsabilidade Civil 145, 146, 151, 152, 153, 154

S

Sociedade 11, 15, 25, 27, 28, 36, 37, 41, 42, 43, 48, 60, 63, 67, 68, 69, 78, 80, 85, 89, 90, 91, 92, 93, 100, 107, 108, 111, 119, 120, 126, 127, 131, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 147, 149, 153, 172, 176, 179, 182, 184, 188, 189

U

Unidade de Conservação 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121

V

Vulnerabilidade 26, 29, 30, 32, 69, 70, 95, 104



- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ética, Direitos Humanos e Dignidade



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ética, Direitos Humanos e Dignidade